

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de abril de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Agência Câmara | BR

Propriedade Intelectual

Entra em vigor a lei que prevê medidas do governo brasileiro contra tarifas de outros países	3
<small>NOTÍCIAS FAVOR</small>	

Migalhas | BR

Direitos Autorais

MIGALHAS nº 6.079	5
<small>MIGALHAS</small>	

Propriedade Intelectual

Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica	9
<small>MIGALHAS</small>	

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Governo Federal busca reativar debate sobre regulação de plataformas digitais e responsabilização das big techs	13
--	-----------

Patentes

Elon Musk e Jack Dorsey pedem o fim de leis sobre propriedade intelectual	15
<small>NILTON CESAR MONASTIER KLEINA</small>	

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Territórios do café se abrem ao turismo	17
<small>AUTOR ENSEI NETO</small>	

Veja.com | BR

Pirataria

As perdas milionárias da La Liga com pirataria digital	19
<small>BLOG PEDRO GIL</small>	

Entra em vigor a lei que prevê medidas do governo brasileiro contra tarifas de outros países

NOTÍCIAS



Texto foi aprovado em regime de urgência, em razão do "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos

Relações exteriores

Entra em vigor a lei que prevê medidas do governo brasileiro contra tarifas de outros países

Texto foi aprovado em regime de urgência, em razão do "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos

0

Comentários

14/04/2025 - 10:07

Ivan Bueno/Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

Originalmente, projeto foi uma reação a restrições ambientais da União Europeia

A Lei 15.122/25 permite ao Poder Executivo adotar contramedidas em relação a países ou blocos econômicos que criarem medidas de restrição às exportações brasileiras, sejam de natureza comercial (sobretaxas) ou de origem do produto (de área desmatada, por exemplo).

Sancionada na sexta-feira (11) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (14). A medida é originada do Projeto de Lei 2088/23, do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA).

O texto foi aprovado com urgência pelos senadores e pelos deputados no início de abril, como reação ao "tarifaço" anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O relator na Câmara dos Deputados foi o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

União Europeia e EUA

O projeto de lei foi apresentado em 2023 para autorizar o uso do princípio da reciprocidade quanto a restrições ambientais que a União Europeia tenta aprovar para produtos do agronegócio brasileiro. Além deste caso, o texto contempla situações nas quais podem ser enquadrados os aumentos de tarifa de importação decretados pelos Estados Unidos.

Segundo a lei sancionada, o Brasil poderá adotar taxas maiores de importações vindas dos Estados Unidos ou de blocos comerciais ou suspender concessões comerciais e de investimento.

Royalties

Se essas medidas iniciais forem consideradas inadequadas para reverter o quadro, o governo poderá usar mecanismos como a suspensão de concessões ou de outras obrigações do país relativas a direitos de **propriedade** intelectual (Lei 12.270/10), como suspensão ou limitação de direitos de **propriedade** intelectual ou bloqueio temporário de remessa de royalties (como aqueles pelo uso de sementes transgênicas patenteadas).

Continuação: Entra em vigor a lei que prevê medidas do governo brasileiro contra tarifas de outros países

Na prática, o texto permite explicitamente o aumento de cobranças já estipuladas sobre a remessa de royalties ao exterior, por meio da Cide-royalties (atualmente em 10%), ou de remessa de **direitos** autorais sobre obras de audiovisual (cinema, por exemplo), por meio da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), hoje em 11%.

A Cide-royalties financia o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e a Condecine financia o setor audiovisual brasileiro.

Negociação diplomática

O texto também privilegia a busca de acordos por meio da negociação diplomática. Assim, as contramedidas deverão, se possível, ser proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações dos outros países, com a preocupação de diminuir o impacto das contramedidas na atividade econômica brasileira, evitando ônus e custos administrativos desproporcionais.

Consultas diplomáticas deverão ser realizadas com o objetivo de diminuir ou anular os efeitos das medidas de outros países e das contramedidas brasileiras.

Legislação brasileira

A Lei 15.122/25 também pretende que o produtor no Brasil siga apenas a legislação nacional quanto às exigências de proteção ambiental (Código Florestal). Para a caracterização desses padrões, serão "considerados os atributos específicos do sistema produtivo brasileiro, tais como a elevada taxa de energia renovável nas matrizes elétrica e energética, ou particularidades e diferenciais ambientais brasileiros e

outros requisitos ambientais aplicáveis".

Por parte do governo como um todo e de outros setores da economia, o texto faz referência à observância apenas das metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Política Nacional do Meio Ambiente; e dos compromissos nacionalmente determinados no âmbito do Acordo de Paris.

Deverão ser levadas em conta também as respectivas capacidades do país ou do bloco econômico nos termos do Acordo de Paris.

Etapas

Um regulamento definirá as etapas para a imposição de contramedidas, incluindo:

a realização de consultas públicas para a manifestação das partes interessadas;

a determinação de prazos para análise do pleito específico; e

a sugestão de contramedidas.

A nova lei permite ao Poder Executivo, em casos excepcionais, adotar contramedida provisória válida ao longo das etapas definidas no regulamento.

O governo deverá monitorar periodicamente os efeitos das contramedidas adotadas e a evolução das negociações diplomáticas, podendo mudar ou suspender essas contramedidas.

Da Reportagem/NNEdição - Rachel Librelon

MIGALHAS nº 6.079



Segunda-feira, 14 de abril de 2025 - Migalhas nº 6.079. Fechamento às 08h22. Registro Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador: F. Lobo Advogados. A saúde foge a toda a brida e para voltar vem a passo. Eça de Queirós. Saúde judicializada. O STF iniciou o julgamento da lei 14.454/22, que transformou o rol da ANS de taxativo em exemplificativo e reacendeu um embate delicado. Confira os argumentos de parte a parte. Embate bilionário. No julgamento sobre a ampliação do rol da ANS, os números também entraram em disputa. Operadoras alegam prejuízos bilionários, enquanto o setor público aponta lucro histórico. Está liberado? TJ/SP absolveu servidor acusado de injúria racial por comparar cabelo de advogada a "vassoura de piaçava". Para o Tribunal, a fala foi inapropriada, mas sem intenção discriminatória. Çei. Suspeição em série. Associação Amazonense do Ministério Público se manifestou em defesa da legalidade da série de pedidos de suspeição feitos por promotores na apuração de caso envolvendo o promotor aposentado Walber Luís do Nascimento, acusado de comparar advogada a uma cadela durante um Júri no Amazonas.

Entidade nega corporativismo e diz que afastamentos preservam imparcialidade no caso. Çei. Entre tapas. OAB/CE suspendeu advogado que deu tapa no rosto de colega nas imediações do fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. A vítima afirmou não conhecer o agressor nem o motivo da agressão. Fora do teto fiscal. STF decidiu que as receitas próprias do Poder Judiciário da União, como custas e emolumentos, não estão sujeitas ao teto de gastos da LC 200/23. Migalhas das Civilistas. Micaela Barros Barcelos Fernandes critica os altos custos cartorários no RJ, especialmente em testamentos e atos notariais

voltados ao planejamento patrimonial e sucessório. Boate Kiss. 2ª turma do STF negou recurso e manteve penas dos quatro réus pelo incêndio da Boate Kiss, que deixou 242 mortos em 2013. Notas contemporâneas com Murillo de Aragão. Murillo de Aragão analisa a possível fusão entre as companhias aéreas Azul e Gol, destacando os impactos e controvérsias que cercam essa movimentação no já conturbado setor aéreo brasileiro.

Atraso justificado. TJ/SP livrou a Latam de indenizar passageiro por atraso de 19 horas em voo. Para o Tribunal, o mau tempo justificou o cancelamento. Multa. Peugeot-Citroën deverá pagar R\$ 500 mil por não cumprir a cota de contratação de aprendizes. TST condenou empresa de telemarketing por ameaçar e punir operadora após apresentação de atestados médicos. Para o Tribunal, a conduta feriu a dignidade e a saúde da trabalhadora. Isenção tributária. TJ/SP manteve extinção de execução fiscal ao considerar ilegal exigência de certidões não previstas em lei para isenção de ISSQN. Seu negócio preparado para a nova tributação? Participe do evento "Os impactos da reforma tributária no setor imobiliário" e entenda como as mudanças podem afetar empreendimentos, investimentos e estratégias do mercado. Inscreva-se e antecipe-se ao cenário que vem aí! Dia 13 de maio, às 9h. Novo Apoiador. Sediado em SP, F.

Lobo Advogados é um escritório boutique, focado em resolução de disputas cíveis e casos estratégicos de Direito Público. Tem relevante atuação em Direito Administrativo, Constitucional, Compliance, Infraestrutura, Regulação e Demandas Cíveis. A estrutura é altamente especializada e eficiente, proporcionando atendimento personalizado, com elevado padrão de qualidade e custos otimizados. Assessora e representa clientes nacionais e estrangeiros em questões consultivas, transacionais, pré-contenciosas e contenciosas, incluindo processos administrativos, arbitrais e judiciais. e conheça o novo Apoiador do Migalhas. No ar. Desembargador negou pedido da dra. Deolane Bezerra para retirar reportagem que noticiava investigação sobre suposto

envolvimento da advogada com o crime organizado. Réu. Na sexta-feira, STF abriu ação penal contra Bolsonaro e outros sete investigados por participação no núcleo central da tentativa de golpe de Estado em 2022.

CPX. TJ/RJ decidiu que Justiça comum deve julgar ação contra Bolsonaro por fala em campanha que associou a sigla "CPX", usada por moradores de comunidades, ao tráfico. Caso Marielle Franco. Ministro Alexandre de Moraes autorizou a substituição da prisão preventiva por domiciliar do deputado Federal Chiquinho Brazão, acusado de envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco. Freio nos juros. Juíza reconhece abusividade em contrato bancário e limita taxa a 2,73% ao mês, conforme média de mercado da época da contratação. Má-fé processual. Homem que negou contratação de empréstimo consignado legítimo pagará multa de R\$ 1,2 mil por litigância de má-fé. Uso de marca. Justiça determinou exclusão do termo "SAMA" de nome empresarial por uso indevido de marca já registrada e reconheceu concorrência desleal. Força no intelecto, não nos músculos. TJ/GO reintegra candidato a auxiliar de autópsia, afastando eliminação por teste físico ao entender que cargos intelectuais não devem exigir esforço corporal como critério eliminatório. Classificada e esquecida? Juiz Federal assegura vaga a enfermeira aprovada em 2º lugar após desistência da primeira colocada, reconhecendo seu direito à nomeação dentro do prazo de validade do concurso. Assédio reconhecido. Auxiliar de enfermagem será indenizada por danos morais após sofrer tratamento humilhante no trabalho. Justiça reconheceu rescisão indireta. Sem justificativa. TJ/BA condena plano de saúde a indenizar paciente oncológica após cancelamento unilateral e sem justificativa do contrato, em violação à lei e ao dever de continuidade do tratamento. Erro médico. TJ/MG condenou município a indenizar adolescente que perdeu o testículo esquerdo por erro médico. Picada dolorida. TJ/SP majorou indenização por danos morais a cliente picada por escorpião dentro de mercado. Migas. Homem não será indenizado por posts sobre suposta violência sexual. Justiça autoriza cadela de suporte emo-

cional em voo internacional.

Loja indenizará por divulgar imagem de menor como suspeito de furto. Apoiadores para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas. Colunas. Reforma do Código Civil. A coluna assinada por Laura Porto aborda a necessidade de atualizar o CC para lidar com os desafios éticos e jurídicos trazidos pelo uso de IA na criação de imagens de pessoas, especialmente as falecidas. Migalhas de IA e Proteção de Dados. José Luiz de Moura Faleiros Júnior analisa os prompt injections e sua relação com o princípio da accountability, que deve nortear o desenvolvimento, o uso e a operação de sistemas de IA generativos. Direito por Elas. Hortência Monteiro discute a economia do cuidado e como o trabalho invisível feito por mulheres afeta sua autonomia, previdência e aprofunda desigualdades sociais. Previdencialhas. Fábio Zambitte analisa o art. 611-A da CLT e mostra como a força das normas coletivas redefine o jogo trabalhista e previdenciário no Brasil.

Jurisprudência do CPC. O cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública teve poucas mudanças no novo CPC. Mirna Cianci comenta o art. 534, com destaque para a jurisprudência sobre competência e execução invertida. Leitura Legal. Promotor aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior analisa os desafios de comentar juridicamente casos de estupro com base apenas em informações da imprensa, tomando como exemplo o caso do jogador Daniel Alves. Papo Jurídico. O STJ decidiu que o herdeiro que ocupa com exclusividade um imóvel antes da partilha e já paga indenização pelo uso não pode ser obrigado, sem acordo prévio, a arcar sozinho com o IPTU do período. Guilherme Galhardo Antonietto comenta os detalhes do caso. Migalhas de peso. "O uso desvirtuado da ação de responsabilidade prevista no art. 246 da lei 6.404/76 e seus reflexos negativos nos acordos de leniência", por Marco Aurélio de Carvalho, Pedro Moreira e Guilherme Augusto Cardoso (Celso Cordeiro & Marco Aurélio de Carvalho Advogados).

"A urgência de precedentes consistentes para o combate da advocacia abusiva", por Ana C Paulucci S Freire Alexandre, Marcelo Neri e Andre Corsino dos

Santos Junior (Vezzi e Lapolla Sociedade de Advogados). "Fluxo migratório internacional e apatridia", por Aline Silva Montovani, Ana Luísa Santos Diamantino e Alice Duarte Mendonça (Chalfun Advogados Associados). "Quanto tempo leva o acerto pós perícia do INSS?", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). "Reforma tributária e setor de combustíveis", por José Andrés Lopes da Costa (DCLC Advogados). "Capacitação digital da sociedade", por Vanessa Balan (Nelson Wilians Advogados). "O juízo 100% digital vs a corte Mc Donald's", por Maria do Carmo Paiva dos Santos (Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados). "Execução imediata após o Júri: Como (re)agir?", por David Metzker e Isabela Portella (Metzker Advocacia). Apoiadores para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Óleo e gás. Mattos Filho assessorou a GBS Estocagem de Gás Natural S.A na compra de 10% do campo de Manati da GeoPark por US\$ 1 milhão, sujeita a ajustes e aprovações regulatórias. Imobiliário. Villemor Amaral Advogados está prestando assessoria jurídica para Naara Longevity Residences na aquisição de terrenos nos jardins Higienópolis e Morumbi, em SP. Baú migalheiro. Há 135 anos, em 14 de abril de 1890, foi fundada a União Pan-Americana, resultado da Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Washington, D.C.. A instituição foi criada com o objetivo de fortalecer a cooperação e o entendimento entre os países das Américas, servindo como um embrião daquilo que mais tarde viria a se tornar a OEA - Organização dos Estados Americanos. Sorteio. A coleção "Mini Códigos" (Edipro), escrita por Jair Lot Vieira, é composta por seis volumes com as principais normas do Direito brasileiro.

Participe do sorteio. Migalhíssimas. Amanhã, das 10 às 12h, na sede da OAB/RJ, Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados, na qualidade de presidente da Comissão de Direitos Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB/RJ, promove, em parceria com a PUC-Rio, a palestra internacional **"Direitos** Autorais e Inteligência Artificial", do Professor Ryan Abbott. Par-

ticipam como debatedores a presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados), Graziela Bonfim, presidente da Comissão de Inteligência Artificial, o presidente da Comissão de Propriedade Industrial, Felipe Dannemann (Dannemann Siemsen), e William Rocha, diretor de Inclusão Digital. Ana Tereza Basilio também profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito de Família", evento online que acontece amanhã, às 10h, com o tema "Paternidade e Maternidade Socioafetiva e seus Desdobramentos".

Ainda há vagas disponíveis para participar do "Curso Prático Fusões & Aquisições 2025", que acontece de 28/4 a 25/7, às segundas e quartas-feiras. Entre os coordenadores do curso, Joaquim Muniz (Trench Rossi Watanabe). Dia 29/4, a OAB Santos realiza o "Colóquio de Direito e Relações Internacionais", com foco nas mudanças nas regras de cidadania italiana e americana. Daniel Toledo, de Toledo Advogados Associados, será mediador e debatedor no painel sobre cidadania dos EUA, trazendo uma visão prática sobre as recentes propostas de reforma migratória e critérios de naturalização. O evento terá transmissão online. Luiz Augusto Filizzola D'Urso (D'Urso e Borges Advogados Associados) recebeu, dia 9/4, por seus méritos pessoais e relevantes serviços, a "Medalha Lauro Ribas Braga" do Rotary Club de São Paulo Norte. João Grandino Rodas, presidente do CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social, tomou posse, dia 7/4, na ABLJ - Academia Brasileira de Letras Jurídicas, no RJ.

Daniel Advogados foi destaque na "Premiação Agilidade Brasil 2025". Prêmio valoriza instituições e profissionais que impulsionam o desenvolvimento do mercado e da sociedade. Automação. Com o Sistema Lysis é possível automatizar tarefas do dia a dia jurídico, como acompanhamento de processos, geração de documentos padrão e envio de notificações automáticas sobre prazos e audiências. A plataforma ainda se integra a sistemas judiciais, oferecendo mais agilidade e precisão na gestão de processos. Liderança. A 2ª edição do "Curso de Liderança", da Radar - Gestão para Advogados, acontece hoje e amanhã, com a professora Elisa Gehlen. BRICS. O

evento "Digital Transformation and Meaningful Connectivity in the BRICS", realizado pela FGV Direito Rio, acontece no dia 16/4, das 10 às 12h, e será transmitido pelo canal da FGV no YouTube. Saúde. OAB/RJ oferece serviço de telemedicina para advogados de todo o Estado.

IA. No próximo dia 16/4, o IASP realiza o evento "Contornos do segredo de negócio na IA". Premiado. A ganhadora da obra "Institutas do Imperador Justiniano" (Edipro 240p.), escrita por Flavius Petrus Sabbatius Justinianus, na época do Império Bizantino, e traduzida por Edson Bini, é Fabiana Teixeira Souza Domingos, de São Paulo/SP. Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho. Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado: AC/Tarauacá, AP/Cutias, AP/Porto Grande, BA/Laje, CE/Horizonte, GO/Ceres, GO/São João d'Aliação, TO/Novo Acordo. Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura. Fomentadores para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas.

Migalhas Clipping. CartaCapital "Camarada Trump". Veja "A marcha da insensatez". The New York Times - EUA "Attack Devastates Ukrainian City". The Washington Post - EUA "Fire set at home of Pa. governor". Le Monde - França "Plans sociaux : le re-

tour de la peur du chômage". Corriere della Sera - Itália "Ucraina, bombe sui fedeli". Le Figaro - França "L'automobile européenne en pleine tourmente". Clarín - Argentina "La alianza de la UCR, PRO y socialistas triunfó en Santa Fe y relegó al PJ y a LLA". El País - Espanha "Rusia perpetra una matanza de civiles en Ucrania en plenas negociaciones de paz". Público - Portugal "Região de Lisboa vai ter maior parte das 5000 novas vagas do pré-escolar". Die Welt - Alemanha "Europa in Sorge vor chinesischen Billig-Exporten". The Guardian - Inglaterra "Rivals join race against time to save Scunthorpe blast furnaces". O Estado de São Paulo - São Paulo "Juros de títulos públicos batem patamar do governo Dilma". Folha de São Paulo - São Paulo "Alta de preços faz 58% comprarem menos comida, diz Datafolha". O Globo - Rio de Janeiro "Governo planeja exames e cirurgias em rede privada para acelerar fila do SUS". O Estado de Minas - Minas Gerais "Pauta conservadora avança na câmara de BH". Correio Braziliense - Brasília "Bolsonaro passa por delicada cirurgia". Zero Hora - Porto Alegre "Venda de carros registra alta de 8% no primeiro trimestre de 2025 no RS". O Povo - Ceará "Fortaleza tem mais de 1.500 terrenos abandonados". Jornal do Commercio - Pernambuco "Bolsonaro segue internado após cirurgia sem intercorrências".

Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica



Texto autoriza medidas contra retaliações econômicas ao Brasil, e foi aprovada como reação à nova política comercial do presidente dos EUA.

Guerra comercial Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica Texto autoriza medidas contra retaliações econômicas ao Brasil, e foi aprovada como reação à nova política comercial do presidente dos EUA. Da Redação segunda-feira, 14 de abril de 2025 Atualizado às 10:34 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na última sexta-feira, 11, a lei de reciprocidade econômica (lei 15.122/25), que estabelece um novo marco jurídico para proteger a competitividade internacional do Brasil diante de medidas unilaterais adotadas por outros países ou blocos econômicos. A norma foi publicada na edição do DOU desta segunda-feira, 14.

Lula sanciona lei da reciprocidade econômica. (Imagem: Paulo Pinto/Agência Brasil)

"Tarifaço"

O PL que deu origem à nova lei foi aprovado no início do mês pelo Senado e pela Câmara, em regime de urgência, como reação ao "tarifaço" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A "guerra comercial" se dá de forma mais específica

contra a China. No caso do Brasil, a tarifa imposta pelos EUA foi de 10% sobre todos os produtos exportados para o mercado norte-americano. A exceção nessa margem de tarifas são o aço e o alumínio, cuja sobretaxa imposta pelos norte-americanos foi de 25%, afetando de forma significativa empresas brasileiras, que constituem os terceiros maiores exportadores desses metais para os EUA.

O que diz a lei

A nova legislação autoriza o Poder Executivo a suspender concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em situações que configurem retaliações ou pressões indevidas à soberania brasileira. O objetivo é reagir de forma proporcional e estratégica a práticas que interfiram negativamente na posição do Brasil no cenário econômico global.

Reação a pressões comerciais e ambientais

Segundo o texto, a lei poderá ser aplicada sempre que ações de outros países:

tentem interferir nas decisões soberanas do Brasil com ameaças ou imposições de medidas comerciais ou financeiras;

violem acordos internacionais ou neguem benefícios previstos nesses tratados;

imponham exigências ambientais mais rigorosas do que aquelas já adotadas pelo Brasil, com base em legislações como o Código Florestal e a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O texto considera, inclusive, os compromissos do Brasil no Acordo de Paris, destacando que medidas ambientais abusivas poderão ser respondidas com

Continuação: Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica

contramedidas econômicas.

Contramedidas autorizadas

A partir da nova lei, o governo brasileiro poderá adotar medidas como:

imposição de novos tributos sobre bens e serviços importados;

suspensão de concessões ligadas à propriedade intelectual;

suspensão de obrigações previstas em acordos comerciais multilaterais.

Essas medidas deverão ser proporcionais ao dano causado ao Brasil e devem, sempre que possível, evitar impactos indesejados na economia nacional ou custos administrativos excessivos.

Há também a possibilidade de adoção de contramedidas provisórias, mesmo antes da conclusão de consultas públicas ou diplomáticas, desde que o caso seja considerado excepcional.

Participação do setor privado e consultas públicas

A implementação da lei deverá ser regulamentada por decreto, com previsão de consultas públicas, prazos para análise dos pleitos e sugestões de medidas específicas. A atuação do governo deverá ocorrer em coordenação com o setor privado, o que indica uma abordagem colaborativa para definição das estratégias de defesa comercial.

Além disso, a norma determina que o governo crie mecanismos de monitoramento periódico das contramedidas e do andamento das negociações diplomáticas.

Veja a íntegra do texto:

LEI Nº 15.122, DE 11 DE ABRIL DE 2025

Estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de **propriedade** intelectual, pelo Poder Executivo e em coordenação com o setor privado, em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.

Art. 2º Esta Lei aplica-se na hipótese de adoção, por país ou bloco econômico, de ações, políticas ou práticas que:

I - interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil, procurando impedir ou obter a cessação, a modificação ou a adoção de ato específico ou de práticas no Brasil, por meio da aplicação ou da ameaça de aplicação unilateral de medidas comerciais, financeiras ou de investimentos;

II - violem ou sejam inconsistentes com as disposições de acordos comerciais ou, de outra forma, neguem, anulem ou prejudiquem benefícios ao Brasil sob qualquer acordo comercial;

III - configurem medidas unilaterais com base em requisitos ambientais que sejam mais onerosos do que os parâmetros, as normas e os padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil.

Parágrafo único. Para a caracterização do disposto no inciso III deste artigo, serão considerados:

Continuação: Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica

I - as respectivas capacidades do país ou do bloco econômico, nos termos do Acordo de Paris, promulgado pelo Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017;

II - os seguintes parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil:

a) a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal);

b) as metas estabelecidas na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;

c) as metas estabelecidas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;

d) os compromissos nacionalmente determinados no âmbito do Acordo de Paris;

e) os atributos específicos do sistema produtivo brasileiro, tais como a elevada taxa de energia renovável nas matrizes elétrica e energética, ou particularidades e diferenciais ambientais brasileiros;

f) outros requisitos ambientais aplicáveis.

Art. 3º O Poder Executivo está autorizado a adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de **propriedade** intelectual e medidas de suspensão de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial do País, nos termos desta Lei.

§ 1º As contramedidas previstas no caput podem incluir, de forma isolada ou cumulativamente:

I - a imposição de direito de natureza comercial incidente sobre importações de bens ou de serviços de país ou bloco econômico de que trata o art. 2º desta Lei;

II - a suspensão de concessões ou de outras obrigações do País relativas a direitos de **propriedade** intelectual, nos termos dos arts. 2º a 8º da Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010;

III - outras medidas de suspensão de concessões ou de outras obrigações do País previstas em quaisquer acordos comerciais de que o Brasil faça parte.

§ 2º As contramedidas previstas no caput deste artigo deverão ser, na medida do possível, proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações, políticas ou práticas referidas no art. 2º.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no § 2º, a adoção das contramedidas previstas no caput deste artigo deverá buscar minimizar o impacto sobre a atividade econômica e evitar ônus e custos administrativos desproporcionais.

Art. 4º Consultas diplomáticas serão realizadas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que trata esta Lei.

Art. 5º As etapas para a implementação do disposto nos arts. 2º e 3º serão estabelecidas em regulamento, que deverá prever, entre outras disposições:

I - a realização de consultas públicas para a manifestação das partes interessadas;

II - a determinação de prazos para análise do pleito específico;

III - a sugestão de contramedidas.

Parágrafo único. A contramedida de que trata o inciso II do § 1º do art. 3º deve ser utilizada em caráter excepcional, quando as demais contramedidas previstas nesta Lei forem consideradas inadequadas para reverter as ações, políticas ou práticas de que trata o art. 2º.

Art. 6º Em casos excepcionais, é o Poder Executivo

Continuação: Após "tarifaço" de Trump, Lula sanciona lei da reciprocidade econômica

autorizado a adotar contramedida provisória, válida ao longo da realização das etapas de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá mecanismos para monitorar periodicamente os efeitos das contramedidas adotadas com fundamento nesta Lei e a evolução das negociações diplomáticas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas de que trata esta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo está autorizado a alterar ou suspender as contramedidas previstas no art. 3º, considerando o monitoramento e as negociações de que trata o art. 7º.

Art. 9º Não se aplica o disposto no § 1º do art. 10 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, na hipótese excepcional em que a proposta de edição ou de alteração de ato normativo preveja a imposição de licenças ou de autorizações como requisito para importações e decorra de decisão do Poder Executivo fundamentada nesta Lei.

Art. 10. É facultado ao Poder Executivo adotar alí-

quota distinta da que trata o § 4º do art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, em razão de decisão fundamentada nesta Lei.

Art. 11. A alíquota de que trata o § 2º do art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, poderá ser alterada em razão de decisão do Poder Executivo fundamentada nesta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de abril de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Had-
dad
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Maria
Laura da Rocha

Governo Federal busca reativar debate sobre regulação de plataformas digitais e responsabilização das big techs

O governo federal vai tentar uma nova aproximação com o Congresso nas próximas semanas para que o tema da regulação das plataformas digitais volte à agenda dos legisladores, afirmou o Secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, João Brant.

"O governo está terminando de definir sua posição de mérito e de estratégia. Nossa compreensão é que essa regulação precisa equilibrar três coisas: primeiro, a responsabilidade civil das plataformas; segundo, o que a gente chama de dever de prevenção e precaução, que significa a necessidade de atuar preventivamente para que não haja disseminação de conteúdos ilegais e danosos a indivíduos ou a coletividades; e terceiro, que elas atuem na mitigação dos riscos sistêmicos da sua atividade", defendeu Brant na última semana, em palestra na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A principal proposta de regulação das plataformas digitais, o Projeto de Lei 2.630 de 2020, conhecido como PL das Fake News, já foi aprovado pelo Senado e está em análise na Câmara dos Deputados. A falta de um acordo, porém, impede que ele avance desde o ano passado.

Atualmente, essas empresas respondem ao Marco Civil da **Internet**, aprovado em 2014. No seu Artigo 19, a lei diz que as redes sociais só podem ser responsabilizadas por conteúdo ofensivo ou danoso postado por usuários caso descumpram uma ordem judicial de remoção, à exceção de conteúdo sexuais não autorizado ou casos que violam **direitos** autorais.

No dia-a-dia, a moderação dos conteúdos cabe às plataformas, que têm políticas próprias para decidir sobre a exclusão de conteúdos violentos ou men-

tirosos.

"Quando você vai discutir regulação ambiental, por exemplo, o tempo inteiro você olha para os riscos sistêmicos, aqueles riscos que são inerentes à atividade, que afetam direitos fundamentais ou outros marcos legais relevantes. E é preciso mitigar esses efeitos, impor responsabilidades e custos. E o que a gente tem é uma distorção do ambiente digital, sem que as plataformas assumam qualquer responsabilidade", argumentou o secretário.

O uso das redes sociais para cometer crimes continua no centro do debate público em meio às denúncias de violências cometidas contra crianças e adolescentes, e tem reacendido a discussão sobre a regulação das chamadas big techs, as empresas que controlam essas plataformas.

O coordenador do Centro de Referência para o Ensino do Combate à Desinformação da Universidade Federal Fluminense, Afonso Albuquerque, concorda que a regulação das redes se tornou uma questão fundamental e é preciso mais do que responsabilizar as plataformas por esses conteúdos.

"É preciso ter regras relativas ao financiamento dessas plataformas que, de alguma forma, estabeleçam princípios de transparência algorítmica. Nós temos um agente que tem uma capacidade imensa de intervir nos debates nacionais e, hoje, efetivamente, nós operamos no terreno da mais pura ilegalidade"

No entanto, ele não vê um cenário favorável a essa discussão, no Congresso Nacional, a princípio. Mas uma ajuda indireta e imprevista pode vir dos efeitos do governo de Donald Trump, nos Estados Unidos: "Nós estamos vivendo um momento muito caótico, no qual não é possível fazer análises muito claras. Al-

Continuação: Governo Federal busca reativar debate sobre regulação de plataformas digitais e responsabilização das big techs

gumas semanas atrás, nós tínhamos uma situação de fechamento das plataformas com os interesses do governo Trump. Mas, agora que as tarifas estão afetando o bolso dos bilionários que apoiaram o Trump, esse não é um cenário tão transparente assim".

Para Afonso Albuquerque, as ações de Donald Trump também têm colocado os Estados Unidos em oposição a muitos países, incitando em muitos deles a necessidade de defender sua soberania em diversos campos, inclusive contra a influência das plataformas digitais americanas.

"Ele e os personagens envolvidos, particularmente o Elon Musk, mas o [Mark] Zuckerberg também, demonstraram pouca sutileza no seu interesse de intervir em assuntos internos de outros países, particularmente do Brasil. E, ao fazer isso, eles levantam a agenda da soberania. Eu acho que essa ameaça está presente desde que as plataformas existem, mas o comportamento agressivo dos integrantes do governo Trump, particularmente sua aliança com os setores da extrema direita anti-institucional do Brasil, tornam muito visível essa ameaça", explica o especialista.

O Secretário de Políticas Digitais da Presidência da República, João Brant, acrescenta que os resultados dos embates entre Musk e o Supremo Tribunal Federal criaram um precedente positivo não só para o Brasil:

"É um momento em que se testa, se esgarça essa relação com os estados nacionais. O mundo inteiro fica olhando para ver o que o Brasil vai fazer, e o Brasil toma uma decisão de suspender o serviço enquanto não cumprisse as ordens judiciais.

O melhor dessa história é que ela termina com o Musk tendo que sucumbir ao Estado brasileiro, topando cumprir as regras para voltar ao ar. "Eu diria que ali foi um momento de virada em que vários países entenderam que a gente não pode lidar com naturalidade com o fato de que eles escolhem quais regras vão cumprir."

Brant também acredita que duas situações frequentes podem contribuir para que a população pressione os legisladores em direção à regulação: "A própria proteção de crianças e adolescentes, que eu acho que é um tema chave, em que fica mais explícito o problema, e também a quantidade de golpes e fraudes no ambiente digital, e uma parte das plataformas é inclusive sócia desses golpes, porque recebe dinheiro para veicular conteúdo fraudulento."

Já o coordenador do Centro de Referência para o Ensino do Combate à Desinformação da UFF, Afonso Albuquerque, defende que é preciso ir além das regulações nacionais, com a criação de mecanismos transnacionais pactuados e instituições de governança que estabeleçam e fiscalizem o cumprimento de regras globais.

Elon Musk e Jack Dorsey pedem o fim de leis sobre propriedade intelectual

Dois executivos que não costumam concordar em todos os assuntos se uniram em uma discussão na rede social X, o antigo Twitter. Em uma publicação na última sexta-feira (11), tanto Elon Musk quanto Jack Dorsey sugeriram "deletar todas as leis sobre **propriedade** intelectual".

A publicação original foi de Dorsey, cofundador original e por anos CEO do Twitter. Em resposta, o atual dono da plataforma comentou simplesmente um "Eu concordo". Nos comentários, há muitas discordâncias sobre o posicionamento, assim como apoiadores reforçando a opinião.

Em resposta a alguns questionamentos, o executivo desenvolveu a ideia. Acabar com questões como proteção de **direitos** autorais seria uma forma de ajudar empresas a competirem com a China e focar em execução e velocidade nos projetos. Ele ainda defende que há "modelos muito melhores para pagar criadores", enquanto os atuais apenas "buscam lucro".

"A criatividade é o que nos separa atualmente [das IAs] e o sistema atual está limitando isso, colocando os pagamentos nas mãos de guardiões que não estão distribuindo de forma justa", disse em outra postagem. Ele, porém, não elaborou quais seriam as novas formas de controlar ações como plágio e recompensa por uso de uma marca ou ideia por terceiros, por exemplo.

Musk e Dorsey já foram colegas e o executivo até concordou com a venda da rede social originalmente, mas depois criticou a administração da empresa por Musk. Nos últimos meses, porém, a dupla tem se reaproximado e trocado elogios na pla-

taforma, com Dorsey ressaltando as políticas de liberdade de expressão defendidas pelo atual dono. O que é propriedade intelectual?

A **propriedade** intelectual é um conjunto de direitos e garantias aos detentores de autoria em produções intelectuais. Isso significa a proteção de uso em relação a bens mais abstratos, como **patentes**, invenções ou marcas, e também **direitos** autorais, em especial no caso de obras artísticas. Neste caso, há a autoria ou direitos sobre livros, filmes, histórias em quadrinhos, programas de televisão, desenhos e outros produtos culturais.

A regulamentação é feita principalmente com base na legislação de cada país, assim como em convenções e tratados que auxiliam no estabelecimento de bases jurídicas no setor. As polêmicas envolvendo IA e **direitos** autorais

A publicação de Dorsey recebeu tamanha atenção em especial por envolver uma discussão bastante atual. Empresas e entusiastas de inteligência artificial (IA) estão em uma cruzada contra a legislação de autoria, **direitos** autorais e detenção de propriedade, em especial contra artistas e escritores.

A OpenAI, dona do ChatGPT, e a Anthropic, do Claude, já foram processadas por grupos de escritores por supostamente utilizar obras inteiras sem autorização no treinamento de modelos de linguagem. Além disso, a recente trend de geração de imagens com o visual do Estúdio Ghibli reforçou o debate sobre como uma IA recria um estilo ao gerar conteúdos.

Continuação: Elon Musk e Jack Dorsey pedem o fim de leis sobre propriedade intelectual

Outras companhias também já foram alvo de ações judiciais parecidas, inclusive partindo de jornais e editoras. Até agora, entretanto, não há um consenso legal sobre a necessidade de pagamentos ou pedido de autorização a ilustradores, cineastas e escritores, por exemplo.

A Meta, dona de serviços como Instagram, WhatsApp e Facebook, é outra marca criticada por ações nesse sentido. A empresa teria baixado ilegalmente

uma imensa quantidade de livros e artigos científicos de uma base de dados pirata para alimentar a própria IA - mesmo sabendo que isso infringe **direitos** autorais e sem qualquer intenção de recompensar as pessoas envolvidas nas obras.

Interessado em saber melhor como funciona a propriedade intelectual no mundo digital? Veja aqui essa matéria especial do TecMundo sobre o tema!

Territórios do café se abrem ao turismo



O turismo valoriza os grãos produzidos nas Indicações Geográficas Paulistas.

Por Ensei Neto 14/04/2025 | 07h24 A história das Indicações Geográficas teve início em 1756, quando foi estabelecida a região de produção do Vinho do Porto, em Portugal, pelo Marquês de Pombal, tendo por objetivo garantir a procedência, bem como a autenticidade do sistema de produção daquele vinho.

Fazenda Monte Alto, Dourado, SP. Foto: Ensei Neto/Arquivo Pessoal O Cerrado Mineiro foi a primeira **Indicação** Geográfica de café no Brasil, obtendo a outorga pelo **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial em 2005, depois de delimitar a região, que compreende municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Dos produtos brasileiros, o café se destaca pelo número de Indicações Geográficas - IG, muito devido ao fato do país ser o maior produtor mundial com regiões produtoras do Paraná ao Ceará, de Pernambuco a Roraima, e grãos das duas principais espécies comerciais, o arábica e o canéfora.

Com inspiração nas regiões produtoras de vinho, os cafeicultores buscam garantir a origem dos grãos, principalmente para o mercado internacional. Por essa razão, as entidades das principais origens com IG criaram mecanismos de rastreabilidade e certificações, tornando, por outro lado, os processos mais burocráticos, além da adição de taxas que não refletem, necessariamente, em captura de valor pelo cafeicultor.

Terreiro suspenso, secagem de café. Foto: Ensei Neto/Arquivo Pessoal Este tem sido o principal desafio das IGs, que é o de garantir monetização do produto com origem e qualidade determinada pelos protocolos de produção. Os grãos de café são historicamente comercializados pela perspectiva da qualidade, que determina o preço correspondente, mesmo com a flutuação das cotações nas bolsas de mercadorias.

No último dia 08 de abril, o Governo de São Paulo lançou um ambicioso programa de Rotas do Café de São Paulo, resultado da seleção de 57 atrativos turísticos relacionados à cafeicultura, que foram agrupados em 5 rotas temáticas que combinam produção, história, culinária, cultura e centros de pesquisa científica.

As rotas lançadas são: Mantiqueira Vulcânica (Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, Caconde e São Sebastião da Gramma, entre outros), conhecida também pela produção de queijos e vinhos; Cuesta, Itaqueri e Tietê (Brotas e Dourado), famosa pelas trilhas e turismo de aventura, além de queijos premiados; Circuito das Águas (Serra Negra e Amparo); Mogiana Paulista (Franca, Pedregulho e Altinópolis); e Alta Paulista (Marília e Garça).

Foram listados, também, destinos de visita que proporcionam uma vivência histórica do café em São Paulo, como o Museu do Café, em Santos, e o Instituto Biológico, na Vila Mariana, em São Paulo, onde se encontra o maior cafezal urbano do mundo.

O programa demonstra decisão muito acertada ao estimular o turismo às origens produtoras cafeeiras, fortalecendo também a economia local por meio de sua culinária e da atividade das pequenas torrefações, além de vincular outros produtos que vêm ganhando destaque como os queijos, com diversas premiações internacionais, vinhos de alto padrão e excelentes azeites, nas áreas altas da Mantiqueira.

Continuação: Territórios do café se abrem ao turismo

Lançamento Rotas do Café de São Paulo. Foto: Café Santana/Divulgação. Originalmente, produtos com Indicação Geográfica atendem ao modelo de negócio feito direto com o consumidor, o chamado B2C, que é coerente com a proposta do programa, uma vez que, considerando-se apenas o Estado de São Paulo, o número de municípios ou origens alcança a marca de 25.

O turismo é sinônimo de experiência real e de relacionamento com os produtores e artesãos, exercendo grande efeito multiplicador, principalmente ao atrair as pessoas com boas e fartas mesas, taças e xícaras.

As perdas milionárias da La Liga com pirataria digital

BLOG



Análises e bastidores exclusivos sobre o mundo dos negócios e das finanças. Com Diego Gimenes e Felipe Erlich

Um estudo divulgado recentemente pela EFE Sports Business mostra que os clubes da La Liga perdem até 700 milhões de euros, por ano, somente com **pirataria** digital, que além das transmissões dos jogos, também incluem estruturas legais. Em solo espanhol, isso representa um aumento de 36,5% em relação a 2023, e uma taxa 25% superior comparada com a média da União Europeia. "A **pirataria** digital deixou de ser apenas um problema de acesso irregular a conteúdos; ela compromete toda a cadeia de valor da indústria. No Brasil, onde o prejuízo ultrapassa R\$ 430 milhões, o cenário é igualmente prejudicial", explica Rogério Athayde, CTO da keeggo, empresa de consultoria de tecnologia.

Na última semana, a organização do Campeonato Espanhol divulgou um estudo que 59% dos espanhóis

admitiram usar **pirataria** para assistir jogos do campeonato pelo menos uma vez por mês. "A **pirataria** precisa ser percebida e combatida como um mal que afeta o melhor interesse de todos. Quanto mais ilegalidade, menos empregos, impostos e valor sendo gerado para o bem maior da sociedade", acrescenta Alexandre Vasconcellos, Gerente Regional da Flashscore no Brasil.

Publicidade

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 9, 15

Direitos Autorais

3, 5, 13, 15

Patentes

15

Denominação de Origem

17

Marco regulatório | INPI

17

Pirataria

19